

A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA: argumentos de Francisco de Oliveira e Adam Przeworski

Maria Doninha de Almeida*

Apontamentos de estudos sobre a problemática da democracia frente aos desafios e possibilidades do capitalismo. Argumentos de Francisco de Oliveira: interação entre a construção de uma esfera pública e a democracia. Adam Przeworski: a social-democracia como fenômeno histórico.

INTRODUÇÃO

Os últimos anos têm sido pródigos em discussões sobre a democracia, seu significado e sua concretização no interior do sistema capitalista. Essas discussões respaldam os questionamentos relativos à democratização das diversas instâncias da sociedade brasileira. O entendimento sobre a configuração e o significado do processo de democratização, por sua vez, é influenciado pela compreensão do processo de desenvolvimento da própria democracia. No entanto, muitos argumentos sobre a democracia fundamentam-se em pressupostos muito amplos e abstratamente universais - todas as coisas para todas as pessoas, por exemplo. Tal situação cria a necessidade de uma análise mais abrangente e, ao mesmo tempo, mais situada sobre essa temática da democracia.

* Professora do Departamento de Educação da UFRN.

Uma reflexão exaustiva com certeza indicará a necessidade de um estudo que resuma os argumentos relativos às modificações contextuais e às relações que configuram o processo democrático no âmbito do capitalismo.

Muitas explicações conceptuais a respeito da democracia têm procurado apoio no desenvolvimento do Welfare State, notadamente nos países industrializados. A literatura recorrente no momento refere-se, predominantemente, à discussão sobre a crise do Estado do Bem-Estar. Para uns, crise econômica e política, para outros, o Welfare State não passa por uma crise e sim por uma mutação - Hirschman, Sachs et al apud Draibe e Henrique. Existem várias explicações sobre a discutida crise do Welfare State: há quem diga que se trata do colapso do pacto político do pós-guerra; ou que é fruto da incapacidade de o Estado responder aos novos valores que predominam nas sociedades pós-industriais - Wilenski, Sefer et al, também apud por Draibe e Henrique. Dentre as alternativas propostas encontra-se a defesa de uma economia política das políticas sociais.

Mas, por que estudar sobre o Welfare State para sistematizar uma concepção de democracia? A resposta poderá ser a seguinte: as análises sobre a democracia nas instituições do capitalismo consideram um avanço nesse campo com e a partir do desenvolvimento da social-democracia e do Estado do Bem-Estar. Por isso, neste estudo, abordaremos a problemática da democracia frente aos desafios e possibilidades do sistema capitalista, relativos à configuração das instituições democráticas, salientando as transformações ocorridas nas relações de classes, nos países de capitalismo avançado. O nosso objetivo principal é iniciar um mapeamento dos argumentos sobre o significado, os limites e as possibilidades da democracia nesse contexto, tendo em vista a sistematização de estudos teóricos para subsidiar, numa etapa posterior, uma reflexão a respeito da democratização do sistema brasileiro de educação formal.

Por se tratar da procura de um caminho, este trabalho é mais uma anotação de leituras do que propriamente uma reflexão concluída. Inicialmente, dois autores são considerados para estudo: Francisco de

Oliveira, com o texto *O Surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público*; e Adam Przeworski, com *Capitalismo e social-democracia*. Do primeiro autor destacamos a interação entre a construção de uma esfera pública e sua relação com a democracia. Do texto de Przeworski, o segundo autor estudado, enfatizamos a análise feita por ele sobre a social-democracia como fenômeno histórico.

FRANCISCO DE OLIVEIRA E O SURGIMENTO DO ANTIVALOR

Conforme expressamos inicialmente, a nossa preocupação é resenhar elementos teóricos que possibilitem um entendimento lógico a respeito do significado, dos limites e das possibilidades democráticas, diante da proclamada derrota do socialismo e da crise ou vitória do sistema capitalista.

Na leitura do texto de Oliveira (1988) - *O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público* - destacam-se dois aspectos que auxiliarão o entendimento pretendido: a) a construção de uma esfera pública; b) a relação dessa esfera com a constituição da democracia.

Sobre a esfera pública

A análise de Oliveira a respeito da construção da democracia, dentre outros pontos relevantes, enfatiza a importância da constituição de uma esfera pública. No dizer de Belluzzo (1992), a paixão de Chico de Oliveira por perseguir o novo e atropelar as velhas ortodoxias levou-nos ao estudo da Economia Política da Social-Democracia. Belluzzo diz, ainda, que na discussão sobre o antivalor, a construção da esfera pública é a economia de mercado social regulada.

Segundo Oliveira (1988), nas últimas décadas, o Welfare State tem se constituído no padrão de financiamento público da economia capitalista. Na sua opinião, esse fato, em termos de síntese desse Estado, implica em uma esfera pública, na qual o fundo público,

“... passou a ser pressuposto do financiamento da acumulação do capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais” (p.8).

Para ele, o financiamento público contemporâneo abrange um campo muito amplo, o que favorece a criação de um mercado institucionalmente regulado.

O autor defende a tese de que em decorrência das mudanças ocorridas nas relações do fundo público com os capitais particulares e com a reprodução da força de trabalho “... o fundo é agora um *ex-ante* de condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter *ex-post* típico do capitalismo concorrencial.” (p.9). Em sua hipótese, o fundo público existe “em abstrato”¹, antes de existir de fato². Para ele, a ascensão do financiamento público também foi significativa no âmbito da reprodução da força de trabalho. Nesse ponto, o autor discute a questão dos salários indiretos e sua importância no salário direto em sete países industrializados (República Federal da Alemanha, França, Itália, Holanda, Bélgica, Dinamarca e Inglaterra), mostrando que as despesas públicas, destinadas aos salários indiretos, aumentaram e influenciaram o crescimento das despesas totais.

O seu raciocínio admite que o salário indireto e as despesas sociais são alavancas do crescimento do mercado. Nesse contexto, o crescimento do salário indireto culminou com a liberação do salário direto disponível para alimentar o consumo de massa. Assim, a presença dos fundos públicos, tanto no âmbito da reprodução da força de trabalho quanto em nível dos gastos públicos gerais, “... é estrutural ao capitalismo contemporâneo, e, até prova em contrário, insubstituível.” (p.10).

Para reforçar os seus argumentos, Oliveira afirma que a responsabilidade sobre o contínuo déficit público, nos países industrializados, corresponde ao padrão de financiamento do Estado-Providência. Para ele, o que está em crise é esse padrão. E a crise do

Estado-Providência tem levado à “crise fiscal”, que conforme O’Connor, apud por Oliveira, é decorrente da disputa entre fundos públicos destinados à reprodução do capital e aqueles (fundos) que financiam a produção de bens públicos. Nesse caso, e conforme a nossa percepção, trata-se, também, de crise na distribuição dos fundos públicos.

O autor diz que

“... ao lado do déficit público e das receitas e despesas estatais como proporção do PIB - pelo menos 1/3 dos PIBs mais importantes transitam pelos Tesouros Nacionais - as proporções e o lugar da dívida pública dos principais países confirmam o lugar estrutural do fundo público na sociabilidade geral.” (p.12).

Por isso, supõe uma relação entre déficit público dos países mais importantes, suas posições no sistema capitalista e suas dinâmicas. (p.12).

As críticas sobre essas questões são várias e chegam a resultados diferentes. Nesse sentido, Oliveira faz referências críticas a diversos argumentos da direita. Segundo ele, a direita argumenta que a estatização dos resultados da produção social implicaria em um socialismo burocrático e estacionário, o que diminuiria os recursos privados destinados aos investimentos e, ao mesmo tempo, elevaria a carga fiscal, provocando a diminuição do consumo. Situação essa que culminaria com a efetivação de um capitalismo estacionário.

No entanto, no dizer de Oliveira, o coração da “crise fiscal”, não é uma tendência estagnacionista. É apenas, e, segundo ele, esse apenas é muito forte, a expressão da abrangência da socialização da produção por conta da contínua apropriação privada dessa produção social. (p.12). O rompimento do círculo perfeito do Estado-Providência em termos keynesianos ocorre em decorrência da internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista, pois, de acordo com Oliveira, a regulação keynesiana funcionou enquanto a reprodução do capital, o aumento de produtividade e a elevação do salário real, embora com

limites, eram relativamente restritos à territorialidade nacional dos processos de interação dos componentes da renda e do produto. Tal territorialidade deveu-se ao padrão de financiamento público do Welfare State. A internacionalização produtiva e financeira dissolveu a circularidade nacional mas não a territorialidade do padrão de financiamento do Welfare State. (p.13). Como exemplo da incompatibilidade entre padrão de financiamento público e a internacionalização produtiva e financeira do país, o autor apresenta a reação conservadora dos governos Thatcher e Reagan contra o Estado-Providência.

Após esses argumentos, todos respaldados em informações empíricas, Oliveira aborda o que ele chama de fundo teórico da crise. Inicia dizendo que o padrão de financiamento público do Welfare State “operou uma verdadeira ‘revolução copernicana’ nos fundamentos da categoria do valor como nervo central tanto da reprodução do capital quanto da força de trabalho.” (p.13-4). O padrão de financiamento público é a verdadeira esfera pública. Com essa característica as regras de reprodução tornaram-se mais estáveis e previsíveis. São regras preestabelecidas e consensuais no próprio contexto de competição capitalista. Com base nesses argumentos, o autor afirma que essa universalização apresenta efeitos paradoxais que segmentam a competição em, pelo menos, dois níveis: no circuito dos oligopólios e no âmbito dos capitalistas financeiros. Nas relações que configuram esses dois circuitos o fundo público é o *ersatz* (substituto) do capital financeiro. Ele não só agiliza a circulação do capital como, muitas vezes, faz a ponte entre quem poupa e quem investe - a ponte invisível na concepção de Keynes. (p.14).

Do lado do capital, o fundo público é decisivo na formação da taxa média de lucro do setor oligopolista. O fundo público também influi, decisivamente, sobre a taxa de lucro de setores inteiros, inclusive de ramos inteiros da produção do setor oligopolista; e, como pressuposto especial da segmentação, “... retirou o capital constante e variável da função de parâmetro-pressuposto, e colocou em seu lugar a relação de cada capital em particular com o próprio fundo público.” (p.14).

Conforme Oliveira, essa condição do fundo público gera um paradoxo: o aumento da taxa de lucro do capital em particular e a diminuição da taxa de excedente global da economia.

Esses argumentos conduzem o autor à concepção que dá ao fundo público uma configuração de anticapital. Ele diz que

“... essa contradição entre fundo público que não é valor e sua função de sustentação do capital destrói o caráter auto-reflexivo do valor, central na constituição do sistema enquanto sistema de valorização do valor.” (p.150).

O valor tem, nesse caso, que reportar-se a outros componentes para garantir a sua valorização e o fundo público responde a essa exigência. (p.15).

Por outro lado, o fundo público toma a forma de financiamento público de bens e serviços públicos sociais para a maioria da população, proporcionando a reprodução da força de trabalho. Conforme o autor, a partir da Segunda Guerra Mundial, as políticas anticíclicas e universalizadas foram na direção do crescimento da participação do salário indireto no salário total.

A função do fundo público na reprodução do capital e da força de trabalho provoca, no dizer de Oliveira, desdobramentos inusitados: teoricamente há uma desmercantilização da força de trabalho, principalmente pelo fato de os componentes de sua reprodução, exemplo do salário indireto, constituírem-se antimercedorias sociais; a reprodução do capital tem suas amarras desprendidas da *“antiga dialética em que as inovações técnicas se davam, sobretudo, com reação aos aumentos do salário real.”* (p.16). A conclusão é que há uma dupla operação na presença do fundo público na reprodução da força de trabalho e do capital. Oliveira acredita que, em termos marxistas, a configuração do fundo público apresenta uma tendência a desfazer tanto os conceitos quanto as realidades do capital e da força de trabalho enquanto mercadorias, em última instância. Baseado nesse raciocínio, ele propõe uma outra equação, anti-D-D-M-D' (-D), em substituição à equação original de Marx -D-M-D. (p.17).

Oliveira continua a sua discussão abordando as relações estabelecidas pelo fundo público e suas consequências na transformação da reprodução do capital e da força de trabalho. Em sua análise chama atenção para o desenvolvimento do capitalismo e, notadamente, para as transformações decorrentes do Welfare State. Situação que, segundo ele, repõe a velha questão dos limites do sistema capitalista no que se refere à exclusividade das categorias capital e força de trabalho na negociação desse sistema. Atualmente, o fundo público tem uma relevante função nas transformações das relações capital e trabalho, o que lhe confere igual importância quanto aos limites do capitalismo como desdobramentos de suas próprias contradições internas. (p.19). O Welfare State é, para ele, resultado da revolução nas “condições de distribuição e consumo, do lado da força de trabalho, e das condições de circulação, do lado do capital”. (p.20). No entanto, lembra Oliveira, o Welfare State e suas instituições não se constituem “horizonte intransponível”. Para além dele, gera-se um modo de produção superior, no qual o acesso e o manejo do fundo público são o *nec plus ultra* das forças sociais futuras. (p.20). E, no bojo da geração do modo de produção superior, está o antivalor, isto é, o fundo público.

Provavelmente, o entendimento sobre a tese da estruturação da esfera pública, tendo o fundo público como categoria básica, apresenta-se como um caminho a mais na busca de uma compreensão a respeito das relações que proporcionam a configuração do processo de união entre democracia e capitalismo.

RELAÇÕES ENTRE ESFERA PÚBLICA E DEMOCRACIA

Oliveira enuncia que a construção de uma esfera pública é igual à “economia de mercado socialmente regulada”³, que se firmou sob o respaldo da regulação keynesiana

“Essa esfera pública é, nos países capitalistas, sinônimo da democracia, simultânea ou concomitante, e ao longo do tempo os avanços sociais que mapeam o acesso e a utilização do fundo público entraram num processo de interação com a consolidação de instituições democráticas. Para todos os efeitos, pode-se considerar a construção da esfera pública e a democracia representativa como irmãos siameses.” (p.21).

Há, nessa concepção de Oliveira, um imbricamento entre esfera pública e democracia. Entendemos que os avanços sociais que resultam da utilização do fundo público e interação com a consolidação das instituições democráticas compõem o processo de configuração da esfera pública e da democracia. O autor em pauta afirma que, na construção da esfera pública e na consolidação da democracia, situações que se dão em conjunto, o fundamental é que essas relações ocorram na reprodução social em todos os sentidos, principalmente no que se refere à criação de medidas que medem o próprio imbricamento acima das relações privadas. Para ele, a tarefa básica da esfera pública não é mais a “valorização do valor per se”, é a criação de medidas respaldadas nas diversas necessidades, tanto da área do capital quanto do âmbito da força de trabalho. Por isso, Oliveira acredita que a construção da esfera pública confunde-se com a plenitude da democracia. O Welfare State, como síntese da esfera pública, expressa a situação na qual as transformações ocorridas nas relações entre capital e trabalho, medidas pelo fundo público, erguem a democracia.

As críticas feitas à democracia do Welfare State também foram assinaladas por Oliveira. Ele faz referências à crítica sobre o corporativismo que muitos atribuem aos resultados do Welfare State e que, para ele, dificulta a realização de política de caráter geral. A direita aponta os direitos trabalhistas *lato sensu* como obstáculo ao investimento e à acumulação, configurando uma visão conservadora. O autor chama de pessimista a crítica da esquerda comunista, principalmente por ver, nas instituições e práticas da esfera pública e nas políticas do Welfare State, apenas a cooptação de parcelas do operariado e a anulação do seu potencial revolucionário, implicando em um esquerdismo infantil.

Por outro lado, o autor reconhece que existem os analistas que vêem o Welfare State como um Estado de total harmonia, fruto do desaparecimento das classes etc. A essa visão responde que, apesar dos avanços, o Estado do Bem-Estar não deixou de ser um poderoso Estado de classe, sem, no entanto, ser o Estado comitê executivo da burguesia (concepção de Marx, explorada por Lênin). Trata-se de um Estado espaço de luta de classes. (p.21). Essa luta consiste em “...*buscar alternativas*

que anulem a posição previamente hierarquizada, e o poder de fogo, das peças mais importantes.”(p.21-2). O autor cita Przeworski com o exemplo do jogo das “incertezas previsíveis”, (do texto: “*Ama a incerteza e serás democrático*”, p 37-8). Em sala de aula, Oliveira afirma que essa situação significa balizar o terreno do adversário. Há, no entendimento do professor, uma transformação das relações nas quais não está em pauta a anulação da distinção entre classes mas o reconhecimento da legitimidade e da importância de outros interesses necessários para a reprodução social ampliada.

Para o autor, a

“...esfera pública e a democracia contemporânea afirmam, de forma mais peremptória que em qualquer época da história, a existência dos sujeitos políticos e a prevalência de seus interesses sobre a lógica do mercado e do capital” (p.22).

E, nesse contexto, a esfera pública e a democracia representativa criaram espaço para tornar consistentes as classes sociais como expressão coletiva e sujeito da história. Com essa redefinição de poder as classes elevaram-se até a capacidade de representação através de partidos políticos. Com esse entendimento, Oliveira acredita que os partidos políticos, de esquerda ou de direita, diante dessa configuração, não têm obrigatoriedade de base classista. Acredita, ainda, que tanto na estruturação da esfera pública quanto na da democracia representativa as relações de classes foram alteradas, através da mediação do fundo público, e essas alterações criaram um lugar para a ampliação e consolidação das classes médias as quais gerenciam, no Welfare State, a articulação entre o público e o privado (p.24). No texto *Medusa ou classes médias e a consolidação democrática*, Oliveira diz que “... as classes médias e a inteligência são centrais para a democracia e a consolidação democrática (...)”. (p.293).

No entender do autor, a crise é uma tentativa de regressão por parte da direita conservadora que tem interesse em manter o fundo público apenas para a reprodução do capital. Situam-se nessa tentativa as reações

thatcherista e reaganiana aos gastos sociais públicos. Oliveira teme que essa dinâmica implique no surgimento de barreiras à competição, as quais impedirão a regulação da concorrência entre capitais e podem seccionar a força de trabalho, provocando prejuízos na estrutura de rendas e salários. Segundo o autor, essa possibilidade se inscreve na *forma mediante a qual o fundo público modificou o mercado da força de trabalho*. (p.25-6). E, para ele, “*a crise abala os fundamentos da democracia moderna.*” (p.27).

Para concluir esse resumo das idéias de Oliveira sobre a esfera pública e democracia, nada mais esclarecedor do que o comentário final do seu trabalho:

“Ao contrário das teses da direita, o Welfare State consiste em marcar, de maneira cada vez mais clara e pertinente, os lugares de utilização e distribuição da riqueza pública, tornada possível pelo próprio desenvolvimento do capitalismo sob condições de uma forma transformada de luta de classes. Quando todas as formas de utilização do fundo público estiverem demarcadas e submetidas a controles institucionais, que é o equivalente ao Superior-Estado ou ao Estado Máximo, então o Estado realmente se transformará no Estado Mínimo. Trata-se da estrutura de um novo modo de produção do excedente que não tem mais o valor como estruturante. Mas os valores de cada grupo social, dialogado soberanamente. Na tradição clássica é a porta para o socialismo”. (p.28).

Após a consideração do texto em estudo, e nos limites do nosso entendimento, destacamos os seguintes aspectos: primeiro, a interação entre esfera pública e democracia; segundo, os elementos principais que compõem o processo de constituição dessas duas esferas, tais como a situação que se configura a partir e na relação de conflito entre classes que tendem a se aproximar na força e no poder sem perda da **alteridade** específica, e as transformações ocorridas nas relações capital e trabalho, mediadas pelo fundo público; terceiro, a concretude e a temporaneidade da análise que despreza as concepções a-históricas que se enquadram

em qualquer momento e, por isso, nada explicam. Um outro aspecto, também relevante, nessa discussão, é o movimento - no sentido de inter-relação entre os fatos - que caracteriza a interpretação do autor.

ADAM PRZEWORSKI E A SOCIAL-DEMOCRACIA

Przeworski analisa o movimento socialista nos países industrializados da Europa partindo da afirmação de que a social-democracia tem sido a forma predominante de organização dos trabalhadores sob o sistema capitalista. Na sua opinião, a social-democracia talvez seja a única força política de esquerda que, de fato, efetuou reformas numericamente significativas para os trabalhadores.

Na introdução do seu texto aqui privilegiado - *Capitalismo e Social-Democracia* -, Przeworski afirma que a história é o único laboratório de onde se pode extrair lições. (p.13). Por isso, para ele, os fatos biográficos são a chave para a compreensão da social-democracia. Com esse entendimento, Przeworski elabora uma biografia da social-democracia como fenômeno histórico.

O caminho percorrido por Przeworski pode ser considerado em dois momentos, quanto à organização e à participação política dos trabalhadores e a adoção das idéias de Keynes: o primeiro corresponde ao período que chamamos de organização e participação política; e o segundo a partir da introdução da proposta de Keynes. A nossa síntese adota essa “divisão” com ênfase na questão da democracia política, privilegiada na discussão de Przeworski.

Organização e participação política dos trabalhadores

A questão inicialmente enfatizada por Przeworski aborda o dilema sobre a participação dos socialistas na esfera política, uma vez que, segundo ele, o princípio democrático já fazia parte das conquistas de eventos anteriores, embora os direitos políticos fossem apenas formais e acompanhados das desigualdades sociais. (p.19).

No seu surgimento, por volta de 1850, diz Przeworski, o socialismo era um movimento que pretendia completar a revolução iniciada pela burguesia, apropriando-se do “poder social” do mesmo modo que ela a burguesia, havia conquistado o poder político. A preocupação

básica do movimento socialista era, pois, o princípio democrático tanto na esfera política quanto na social, o que implicava, também, na questão econômica.

Na opinião de Przeworski o fato de o princípio da democracia já existir nas instituições políticas, os meios através dos quais chegar-se-ia ao socialismo tratava-se de uma questão de escolha. É por esse entendimento que o autor aborda a questão da decisão quanto à participação política. Os primeiros socialistas pensavam em construir uma “sociedade dentro de outra sociedade”, com produtores associados, independentes do mundo burguês. Przeworski não esquece de lembrar que o desenvolvimento da ordem capitalista não permite a efetivação de tal projeto. Descoberto esse impedimento, a escolha passou a ser um confronto: mundo dos trabalhadores versus mundo do capital, através da conquista do poder político. Surge, no contexto desse entendimento, a necessidade de os trabalhadores se organizarem em partidos políticos e, em consequência, a questão sobre a decisão de participar ou não nas instituições políticas já existentes. Przeworski descreve e comenta várias situações de indecisão dos partidos da social-democracia quanto à participação ou não no aspecto político.

A opção pela omissão e/ou participação simbólica não foi viável para os partidos dos trabalhadores. Przeworski argumenta que o capitalismo, por ser um sistema no qual “*os capitalistas, que auferem lucros, decidem, sob várias restrições, como alocar o produto, em especial que parte deve ser investida, onde, como e quando*”. (p.24). Mas o autor não esquece que essas alocações se deparam com as limitações provocadas pela competição dos capitalistas entre si. Se como empregadores os capitalistas regulamentam a organização do trabalho, contraditoriamente, sofrem restrições provenientes do sistema político. Nessas condições, a democracia política proporciona aos trabalhadores a oportunidade de defender alguns de seus interesses. (p.24). Com esse raciocínio, Przeworski mostra que a democracia do capitalismo conduz os trabalhadores a se organizarem como participantes. Essa participação na política democrática é a única institucionalmente disponível aos trabalhadores como coletividade.

Przeworski diz que é preciso considerar que a democracia capitalista criou a individualização nas relações de classes e a estruturação dessas relações sob a forma de relações de representações, tornando a representação de classe uma imposição à classe pela natureza da democracia capitalista (p.27). Assim, no dizer de Przeworski, o dilema da participação política assentou-se quando a democracia representativa passou a ser um princípio básico, e não mais uma tática, da futura sociedade socialista.

“Partidos social-democratas reconheceram na democracia política um valor que transcende diferentes formas de organização da produção (...) A democracia representativa, para os social-democratas, tornou-se simultaneamente o meio e o objetivo, o veículo para o socialismo e a forma política da futura sociedade socialista, a estratégia e a propaganda, apresentando um caráter ao mesmo tempo instrumental e prefigurativo.”(p.29).

O autor analisa todo o período de indecisão dos partidos dos social-democratas, no que concerne à participação dos trabalhadores na esfera pública, recoloca as indicações de Marx sobre a classe operária como motor da história, comenta a desconfiança dos trabalhadores com relação à influência originária de fora da própria classe e salienta o caráter de classe do movimento, bem como as concessões em prol da implantação do socialismo. Continuando, afirma que o *“partido socialista deveria ser a classe operária organizada.”* (p. 33). Considera que a influência decisiva de Marx reside na proposição que resume o socialismo a *“um movimento da classe operária na esfera política”* (p.34).

No início do capítulo I, ora estudado, Przeworski comenta que diante das condições que configuraram a democracia capitalista, principalmente nas primeiras décadas de constituição da social-democracia, o problema dos social-democratas era uma questão de escolha. Mas, com o desenvolvimento do capitalismo e a necessária participação política da classe dos trabalhadores

“... reforma e revolução não requerem uma escolha, segundo a visão de mundo da social-democracia. Para realizar a revolução social (...) é suficiente seguir o caminho das reformas” (p. 46-7).

Nesse sentido, o autor diz que não há nada de estranho no argumento de Jaurés, quando este afirma que o Partido Socialista, por sua característica de partido revolucionário, é essencialmente reformista (p. 47). Parece-nos que o autor concorda com a concepção do caminho das reformas, desde que sejam irreversíveis e cumulativas. Essa posição é esclarecida no capítulo *Pós-escrito: social-democracia e socialismo*. É importante lembrarmos que a discussão do autor deixa explícita a questão da necessária e imprescindível relação entre o movimento socialista e a classe trabalhadora e, também, a questão da estratégia de transformação socialista na esfera política da democracia representativa.

ADOÇÃO DAS IDÉIAS DE KEYNES

Em uma de suas teses principais Przeworski defende que os compromissos entre trabalhadores e capitalistas acerca de questões econômicas são possíveis sob o capitalismo e, por vezes, preferidos pelos trabalhadores às estratégias mais radicais (p.16).

Até 1930 os social-democratas não dispunham de um projeto relativo a uma política econômica própria. Przeworski fala que a política econômica da esquerda resumia-se na crítica ao capitalismo e na afirmação sobre a superioridade do socialismo que conduziria à nacionalização dos meios de produção. E, diante do fracasso das tentativas de reformas significativas - consistentes e irreversíveis - por parte dos social-democratas, e principalmente pelas impossibilidades de pôr em prática conhecimentos econômicos semelhantes ao que supunham bem-sucedido no século XIX, a *“...única teoria de reformas conhecida era a que requeria a nacionalização; não existiam outras alternativas coerentes.”* (p.52).

Essa alternativa, nasceu de Grande Depressão. Przeworski enfatiza que Suécia, Noruega e França, esta última em menor escala, reagiram aos graves problemas de desemprego implantando uma série de políticas anticíclicas. Foi a descoberta, através das idéias de Keynes, de uma política econômica precisa para a gestão da economia capitalista, uma revolução. Essa revolução keynesiana impulsionou a consolidação de um objetivo exequível para os social-democratas.

“Da vítima passiva dos ciclos econômicos, o Estado tornou-se quase da noite para o dia em uma instituição por meio da qual a sociedade podia regular as crises a fim de manter o pleno emprego. (...) A sociedade não estava à mercê dos caprichos de mercado capitalista, a economia podia ser controlada e o bem-estar dos cidadãos continuamente intensificado pelo papel ativo do Estado - essa era a nova descoberta dos social-democratas. E isso ainda não era a nova descoberta dos social-democratas. E isso ainda não era tudo: o Keynesianismo no governo era não só uma teoria que justificava a participação socialista mas - mais afortunadamente, do ponto de vista dos social-democratas - era também uma teoria que de súbito conferia um caráter universalista aos interesses dos trabalhadores.” (p. 53).

Vemos que o autor enfatiza o desenvolvimento de uma ideologia sobre o Estado do Bem-Estar, a partir da adoção das idéias de Keynes.

Na opinião de Przeworski, a economia de Marx não se constitui em um instrumento útil para responder às reivindicações distributivas dos trabalhadores e, por essa razão, a esquerda aceitou “a visão da economia capitalista e as recomendações quanto à política econômica fornecidas pela economia keynesiana” (p.242). Entretanto, o autor reconhece que, desde o início da década de 70, as recomendações keynesianas encontram-se desacreditadas. Mas, ele mesmo diz que as teorias econômicas racionalizam interesses políticos de classes e grupos conflitantes; têm por trás visões de sociedade e investidas em direção ao poder. Assim sendo, diz ele, projetos de propostas econômicas são, também, projetos políticos.

Como vimos, Przeworski faz uma análise da trajetória da social-democracia considerando a idéia de compromisso de classe. Realça o entendimento de que esse compromisso é gerado em uma convivência conflitiva que envolve escolhas estratégicas independentes de capitalistas e trabalhadores, que decidem a partir do pressuposto da antecipação de benefícios futuros. O autor considera que o movimento pelo socialismo desenvolveu-se no interior do capitalismo, defrontando-se com três escolhas: 1) busca do avanço do socialismo no interior das instituições da sociedade capitalista ou fora delas; 2) procura do “*agente da transformação socialista exclusivamente na classe trabalhadora ou depender do apoio de diversas classes, ou mesmo de nenhuma*”, (p.16); 3) pretensão de reformas e progressos parciais em função de completa abolição do capitalismo.

Przeworski diz:

“... penso que os social-democratas saíram-se tão bem quanto foi possível sob circunstâncias históricas que não escolheram e compreendo perfeitamente as grandes dificuldades que tiveram de enfrentar. Apenas não creio que poderiam conduzir suas sociedades ao socialismo. Estou certo de que as reformas são possíveis, mas isso não significa que o reformismo seja uma estratégia viável de transição para o socialismo.” (p.279).

Todavia, o autor considera a combinação de capitalismo e democracia política uma forma de sociedade que proporciona ganhos aos trabalhadores, mas é cético em relação à possibilidade de o socialismo realizar-se através da ação deliberada de governos, partidos políticos etc. (p. 279). Por fim, Przeworski informa que, apesar do seu ceticismo, não é contra a social-democracia nem tampouco o socialismo, até porque não vislumbra alternativas históricas aceitáveis. Seu interesse, nessa análise, é a busca do poder político pelos social-democratas.

Com esse entendimento, o autor diz:

“minha tese central, portanto, é que a democracia pode ser estabelecida somente se existirem instituições que tornem improváveis as conseqüências - decorrentes do processo

político competitivo - altamente adversas aos interesses de qualquer agente específico, dada a distribuição de recursos econômicos, ideológicos, organizacionais, etc.” (Texto: Ama a incerteza e serás democrático, p.39).

PARA CONTINUIDADE DO ESTUDO

Uma conclusão derivada desta síntese de estudo seria precipitada, principalmente pelo fato de as idéias dos dois autores selecionados convidarem para uma reflexão que nos firme, de forma mais consistente, nos seus argumentos.

Mas, alguns aspectos já se apresentam para o encaminhamento do trabalho concernente aos argumentos sobre a democracia no contexto capitalista. Dentre esses aspectos, salientamos o fundo público como elemento que impulsiona transformações nas relações de classes, através da sua mediação entre a esfera pública e a democracia; a esfera política como espaço obrigatório não só de organização mas, também, da ação da classe trabalhadora; as conseqüências dessa situação - relação esfera pública e esfera política - na consolidação de lutas de classes como motor da história; a importância de situar o processo através do qual as sociedades capitalistas industrializadas consolidam instituições democráticas e convivem com formas atrasadas, mesmo fora de sua territorialidade. E, finalmente, a democracia, apresentada por Oliveira, como um método democrático que constrói regras através de conflitos. (Oliveira apud Weffort, 1971, p.78).

As discussões sobre a consolidação da democracia no sistema capitalista, nesse momento histórico, expressam seu nível de cientificidade através da sua correspondência com a verdadeira forma de ser da realidade. Situar esse ponto se constitui em um outro importante critério para a continuidade dos estudos que buscam um entendimento ou uma posição relativa à questão da democracia no capitalismo.

1. Todas as expressões destacadas - negrito, aspas ou itálico - algumas constantes, inclusive, do corpo das citações foram enfatizadas pelos próprios autores estudados.
2. Oliveira chama atenção para uma espécie de revolução copernicana nas relações capitalistas, revolução essa antecipada por Keynes.
3. Destacado pelo autor para informar que se trata de um termo originário da social-democracia alemã, antes da ascensão do nazismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DRAIBE, S; HENRIQUE, W. Welfare State, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.3, n.6 p 53-78, fev, 1988.
2. FOLHA DE SÃO PAULO, 25.10.92, p. 6-12. (Caderno Mais).
3. OLIVEIRA, Francisco de. Além da transição, aquém da transição, aquém da imaginação. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.12, p.25, jun. 1985.
4. _____. O Surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.22, p.8-28, out. 1988.
5. _____. Uma alternativa democrática ao liberalismo. In: WEFFORT, F. et al. *A Democracia como proposta*. Rio de Janeiro: IBASE, 1971 P.
6. OLIVEIRA, Francisco de et al. Adeus ao socialismo? debate *Novos Estudos CEPRAP*. São Paulo, EDC, (3): 7 - 42, jul., 1991.
7. PRZEWORSKI, Adam. Ama a incerteza e será democrático *Novos Estudos CEPRAP*. São Paulo, EDC, (9): 38 - 46, jul., 1984.
8. _____. *Capitalismo e social-democracia*. Trad. de Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.